

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:
A Diretoria do Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Barueri, 24 de agosto de 2015. **A Diretoria.**

Balancos Patrimoniais

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2015	2014
Ativo circulante		22.202	63.624
Disponibilidades		315	668
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.038	26.221
Aplicações em operações compromissadas		1.038	26.221
Títulos e valores mobiliários	5	7.305	633
Carteira própria		6.572	-
Vinculados a prestação de garantias		733	633
Operações de arrendamento mercantil	6	(1.874)	(4.628)
Arrendamentos a receber - Setor privado		104.815	90.863
Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado		(103.813)	(90.673)
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(2.876)	(4.818)
Outros créditos		15.325	40.730
Créditos tributários	8	230	2.209
Diversos	7	15.095	38.521
Outros valores e bens		93	-
Despesas antecipadas		93	-
Não circulante		329.813	269.340
Realizável a longo prazo		101.110	65.480
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	40.963	6.122
Aplicações em operações compromissadas		40.963	6.122
Títulos e valores mobiliários	5	-	5.879
Carteira própria		-	5.879
Operações de arrendamento mercantil	6	(1.457)	-
Arrendamentos a receber - Setor privado		104.319	104.516
Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado		(103.540)	(104.480)
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(2.236)	(36)
Outros créditos		61.604	53.479
Créditos tributários	8	37.882	30.515
Diversos	7	23.722	22.964
Permanente		228.703	203.860
Imobilizado de uso		52	63
Instalações, móveis e equipamentos de uso		100	321
Depreciações acumuladas		(48)	(258)
Imobilizado de arrendamento	9	228.651	203.797
Bens arrendados		391.721	329.712
Depreciações acumuladas		(83.507)	(65.619)
Insuficiência de depreciação		(79.563)	(60.296)
Total do ativo		352.015	332.964

PASSIVO	Nota	2015	2014
Passivo circulante		40.552	29.703
Outras obrigações		40.552	29.703
Fiscais e previdenciárias	10	1.610	21.096
Diversas	11	38.942	8.607
Não circulante		23.242	10.195
Outras obrigações		23.242	10.195
Diversas	11	23.242	10.195
Patrimônio líquido	13	288.221	293.066
Capital social - Domiciliados no país		195.435	195.435
Reserva de lucros		86.104	72.959
Ajustes de avaliação patrimonial		-	(2)
Lucros acumulados		6.682	24.674
Total do passivo		352.015	332.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2013		195.435	26.854	37.151	7.655	(4)	-	267.091
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	2	-	2
Lucro líquido		-	-	-	-	-	25.973	25.973
Destinações:								
Reservas	13.b	-	1.299	-	-	-	(1.299)	-
Saldos em 30 de junho de 2014		195.435	28.153	37.151	7.655	(2)	24.674	293.066
Saldos em 31 de dezembro de 2014		195.435	29.259	48.838	7.655	-	-	281.187
Lucro líquido		-	-	-	-	-	7.034	7.034
Destinações:								
Reservas	13.b	-	352	-	-	-	(352)	-
Saldos em 30 de junho de 2015		195.435	29.611	48.838	7.655	-	6.682	288.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1 | Contexto operacional

A Citibank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Leasing) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Leasing tem como objeto social exclusivo a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Leasing em 24 de agosto de 2015.

3 | Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

É apurado pelo regime contábil de competência, segundo as Portarias do Ministério da Fazenda - MF nºs 140/84 e 113/88, considerando:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, atualizadas monetariamente; e
- Os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;
- Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos público é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são atualizados considerando o custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

e) Arrendamentos a receber

Os arrendamentos a receber estão demonstrados pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas como previsto nos contratos, e deduzidos pelo montante de rendas a apropriar de arrendamentos. As operações de arrendamento mercantil tem seus resultados apurados de acordo com o vencimento das contraprestações. Adicionalmente, o prejuízo apurado ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo remanescente de vida útil do bem objeto de arrendamento.

Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a regulamentação do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento foi calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante registrado na conta de insuficiência de depreciação acumulada, em 30 de junho de 2015, é de R\$ 79.563 (2014 - R\$ 60.296). O ajuste contabilizado gerou insuficiência no montante de R\$ 11.686 (2014 - R\$ 9.816) registrado em conta de resultado com operações de arrendamento mercantil.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vendidas há mais de 60 dias, independente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de arrendamento em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual de provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias enviadas.

Considerando exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após 180 dias contados a partir da classificação no rating H.

g) Permanente

i. Imobilizado de arrendamento

O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84 está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação descrita na nota 3.e.

h) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As ações cíveis são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido. As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável. As ações cíveis estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Leasing adotou o Regime Transitório Tributário - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que converteu a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, revogando o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014, entretanto, em nossa avaliação, não produziu efeito nas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

A MP entra em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e sua vigência é limitada a um prazo de 60 dias, prorrogável por apenas uma vez por mais 60 dias e necessita ser convertida em lei pelo Congresso Nacional para que possa produzir efeitos por um prazo indeterminado.

A conversão em lei não havia ocorrido até 30 de junho de 2015 e nem até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Os efeitos desta MP não foram considerados como "substantivos de promulgação real", e desta forma não houve qualquer impacto decorrente dessa MP nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015. A Administração do Banco aguardará a conversão dessa MP em lei para apurar os reais impactos dessa alteração.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Leasing deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

k) Benefícios a empregados

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, recepcionando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essa Resolução não trará impactos na Leasing em função de já adotarmos, pelas melhores práticas contábeis, a Instrução CVM nº 695/2012.

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento.

4 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015			2014		
	De 3 a 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Total	De 3 a 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Total
Aplicações no mercado aberto						
Operações compromissadas - Posição bancada	1.038	40.963	42.001	32.343		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.038	40.963	42.001	29.678		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	2.665		
Total	1.038	40.963	42.001	32.343		

5 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos disponíveis para venda

Em 30 de junho de 2015 e 2014 o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2015			2014		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Até 01 ano	Custo atualizado	Valor de mercado	Até 01 ano
Carteira própria	6.572	6.572	6.572	5.879	5.879	5.879
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.572	6.572	6.572	5.879	5.879	5.879
Vinculados à prestação de garantias	733	733	733	637	633	633
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (1)	-	-	-	421	421	421
Letras do Tesouro Nacional - LTN (1)	733	733	733	216	212	212
Total	7.305	7.305	7.305	6.516	6.512	6.512

Demonstrações dos Resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8 | Créditos tributários

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2014		Saldo em 30/06/2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	8.862	688	(93)	9.457
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.996	-	(65)	1.931
Insuficiência de depreciação	16.969	2.922	-	19.891
Total	27.827	3.610	(158)	31.279

	Saldo em 31/12/2013		Saldo em 30/06/2014	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	8.481	817	-	9.298
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.601	131	-	1.732
Insuficiência de depreciação	12.943	2.131	-	15.074
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	2	-	-	2
Total	23.027	3.079	-	26.106

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2014		Saldo em 30/06/2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	5.318	412	(56)	5.674
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.197	-	(38)	1.159
Base negativa da contribuição social	62	-	(62)	-
Total	6.577	412	(156)	6.833

	Saldo em 31/12/2013		Saldo em 30/06/2014	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	5.088	491	-	5.579
Provisão para contingências fiscais e cíveis	961	78	-	1.039
Provisão para outros pagamentos	1.257	-	(1.257)	-
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	1	-	(1)	-
Total	7.307	569	(1.258)	6.618

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2015				
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	95	378	662	946	7.376
Provisão para contingências fiscais e cíveis	49	327	232	290	1.033
Insuficiência de depreciação	-	-	3.978	5.967	9.946
Total	144	705	4.872	7.203	18.355

	2014				
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	321	344	3.172	3.172	2.289
Provisão para contingências fiscais e cíveis	173	173	173	173	1.040
Insuficiência de depreciação	1.417	1.507	1.507	1.507	9.136
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	2	-	-	-	-
Total	1.913	2.024	4.852	4.852	12.465

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	2015				
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	57	227	397	567	4.426
Provisão para contingências fiscais e cíveis	29	197	139	174	620
Total	86	424	536	741	5.046

	2014				
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	192	206	1.903	1.903	1.375
Provisão para contingências fiscais e cíveis	104	104	104	104	623
Total	296	310	2.007	2.007	1.998

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 25.046 (2014 - R\$ 22.678) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

9 | Imobilizado de arrendamento

	2015		
	Custo	Depreciação	Residual
Aeronaves	22.476	(2.110)	20.366
Imóveis	35.500	(237)	35.263
Instalações, móveis e equipamentos de uso (1)	247.975	(46.278)	201.697
Veículos	85.770	(34.882)	50.888
Total	391.721	(83.507)	308.214

	2014		
	Custo	Depreciação	Residual
Aeronaves	9.002	(525)	8.477
Instalações, móveis e equipamentos de uso	199.229	(42.932)	156.297
Veículos	91.390	(22.162)	69.228
Total	299.621	(65.619)	234.002

	2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	1.423	-	1.423
Impostos e contribuições a recolher	187	-	187
Total	1.610	-	1.610

	2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para passivos contingentes (nota 12)	213	7.513	7.726
Provisão para pagamentos a efetuar	80	-	80
Credores por antecipação de valor residual	2.788	15.729	18.517
Credores diversos (1)	35.861	-	35.861
Total	38.942	23.242	62.184

	2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para outros passivos contingentes - Cíveis	213	7.513	7.726
Total	213	7.513	7.726

Contingências classificadas com riscos de perda possível: Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 36.918 (2014 - R\$ 63.144) e cíveis no montante de R\$ 53.693 (2014 - R\$ 120.881), compostos basicamente pelos seguintes casos:

- ISS em operações de Leasing - R\$ 29.612 (2014 - R\$ 56.468)** - Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir créditos tributários de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Após posicionamento favorável do Superior Tribunal de Justiça, aguarda-se análise de recursos de municípios.
- Ações indenizatórias - R\$ 2.376 (2014 - R\$ 87.384)** - Questionamento de negativação junto ao órgão de proteção ao crédito.
- Ações revisionais - R\$ 51.316 (2014 - R\$ 33.497)** - Questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato.

b) Movimentação das contingências

	2015					
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/2015
Cíveis	7.983	970	(1.061)	(955)	789	7.726
Total	7.983	970	(1.061)	(955)	789	7.726

	2014					
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/2014
Cíveis	6.404	619	(85)	(566)	556	6.928
Total	6.404	619	(85)	(566)	556	6.928

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres

13 | Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2015 e 2014 o capital social da entidade é representado por 7.521.813 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No semestre foi constituída reserva legal no montante de R\$ 352 (2014 - R\$ 1.299).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da Leasing e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Leasing, estando limitada a 80% do seu capital social.

d) Reserva especial de lucros

A reserva especial de lucros no montante de R\$ 7.655 refere-se à reserva de dividendos constituída em 31 de dezembro de 2012.

14 | Operações de arrendamento mercantil

	2015	2014
Receita de arrendamento mercantil	61.039	46.714
Lucro na venda de bens arrendado	1.691	5.106
Despesa de amortização e depreciação	(37.107)	(31.739)
Despesas de insuficiência	(11.686)	(9.816)
Despesas de arrendamento	(651)	(61)
Recuperação de operações baixadas como prejuízo	400	131
Total	13.686	10.335

15 | Outras despesas administrativas

	2015	2014
Despesas de aluguel	(40)	(37)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(6)	(6)
Despesas de propaganda e publicidade	(74)	(79)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(9)	(27)
Despesas de serviços de terceiros	(14)	(15)
Despesas de serviços técnicos especializados	(847)	(366)
Despesas de amortização e depreciação	(5)	(5)
Despesas de água, energia e gás	(2)	(1)
Despesas de contribuição sindical, conselhos e associações	(80)	(111)
Outras	(51)	(216)
Total	(1.128)	(863)

16 | Outras receitas/(despesas) operacionais

	2015	2014
Receitas		
Reversão de provisão para contingências	1.061	85
Receitas de atualizações de depósitos judiciais	729	1.055
Juros SELIC sobre impostos a compensar	112	196
Atualização e recuperação de impostos (1)	-	34.734
Total	1.902	36.070

17 | Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda

	2015	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	11.742	43.269
(-) Participação estatutária no lucro	(41)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	11.701	43.269
Diferenças temporárias	13.807	12.317
Superveniência/insuficiência de depreciação	11.686	8.525
Provisão para devedores duvidosos	2.378	3.281
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(257)	524
Provisão para bônus, gratificações e PLR	-	(13)
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais	25.508	55.586
Compensação de prejuízo fiscal	(3)	-
Base de cálculo do imposto de renda	25.505	55.586
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	(6.364)	(13.884)
Provisão para imposto de renda	(6.364)	(13.884)
Base tributável diferida	(13.807)	(12.317)
Movimento de provisão diferida para imposto de renda	3.452	3.079
Total da provisão diferida	3.452	3.079
Total do imposto de renda	(2.912)	(10.805)

b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social

	2015	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	11.742	43.269
(-) Participação estatutária no lucro	(41)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	11.701	43.269
Diferenças temporárias	2.121	3.792
Provisão para devedores duvidosos	2.378	3.281
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(257)	524
Provisão para bônus, gratificações e PLR	-	(13)
Resultado antes da compensação da base negativa	13.822	47.061
Compensação de base negativa	(413)	(8.379)
Base de cálculo da contribuição social	13.409	38.682
Alíquotas de 15% para contribuição social	(2.011)	(5.802)
Provisão para contribuição social	(2.011)	(5.802)
Base tributável diferida	1.708	(4.587)
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	256	(688)
Total da provisão diferida	256	(688)
Total da contribuição social	(1.755)	(6.490)

As alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, não produziram impacto no cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social.

18 | Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	2015	2014
Ativo/(passivo)		
Disponibilidades	315	668
Aplicações em operações compromissadas	42.001	32.343
Títulos e valores mobiliários - Certificado de depósito bancário	6.572	5.879
Outros créditos - Diversos	12	812
Receita/(despesa)	2.035	2.642
Receitas de aplicações em operações compromissadas	2.035	2.642
Receitas com títulos e valores mobiliários	367	317
(1) Banco Citibank S.A.		

Nos semestres findos em 30 de junho 2015 e 2014, a Leasing não remunerou os administradores. Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

19 | Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 3% e 5% do salário e o Banco contribui com 50% calculado sobre a participação de cada funcionário.

O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria. Não há contribuição para participantes inativos.

Nos planos de contribuição definida o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. O patrocinador não tem obrigação legal de contribuições adicionais, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

A Leasing é patrocinadora da Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada, que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos empregados dos patrocinadores. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015, a Leasing contribuiu com R\$ 2 (2014 - R\$ 1) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal".

Plano de benefício definido

É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.

Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, é necessário premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.

No semestre findo em 30 de junho de 2015, a Leasing contribuiu com R\$ 4 (2014 - R\$ 3) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". A Leasing avaliou e considerou não ser adequado registrar superávit de fundos de pensão. De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados.

	2014	2013
Ativos líquidos do planos	29	14
Passivos atuariais	(26)	(12)
Superávit (1)	3	2

(1) Conforme parágrafos 64 e 65 do anexo da Deliberação nº 695, de 1